

# **Demonstrações Financeiras**

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

31 de dezembro de 2021  
com Relatório do Auditor Independente

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2021 e 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	4
Demonstração do resultado .....	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstração dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	10

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores, Diretores e Conselheiros da  
**Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC. (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - NBC TG 1000 (R1).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas NBC TG 1000 (R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de julho de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Murilo Morgante', written over a faint, large, stylized signature.

Murilo Morgante  
Contador CRC-1SP280120/O-7

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Balço patrimonial  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais)

	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	<b>801.989</b>	652.560
Aplicações financeiras	5	<b>217.415</b>	454.749
Impostos a recuperar		<b>7.791</b>	88
Contas a Receber	6	-	56.500
Adiantamentos		<b>7.519</b>	24.304
Despesas antecipadas		<b>3.861</b>	2.489
		<b>1.038.575</b>	1.190.690
Não circulante			
Depósitos judiciais		<b>14.187</b>	3.900
Propriedades para investimento	7	<b>2.714.015</b>	2.745.514
Imobilizado	8	<b>31.630.141</b>	31.377.239
Intangível	8	<b>6.893</b>	12.001
		<b>34.365.236</b>	34.138.654
Total do ativo		<b>35.403.811</b>	35.329.344

	<b>Nota</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	9	<b>493.666</b>	263.843
Obrigações tributárias		<b>19.577</b>	16.727
Salários e encargos sociais	10	<b>181.935</b>	190.577
Empréstimos e financiamentos	11	<b>151.302</b>	141.683
		<b>846.480</b>	612.830
Não circulantes			
Receita diferida	12	<b>1.881.828</b>	1.967.128
Projetos a executar – imobilizado	13	<b>86.383</b>	99.455
Empréstimos e financiamentos	11	<b>102.915</b>	209.829
		<b>2.071.126</b>	2.276.412
Total do passivo		<b>2.917.606</b>	2.889.242
Patrimônio líquido	15		
Patrimônio social		<b>6.866.249</b>	6.081.859
Ajuste de avaliação patrimonial		<b>25.619.956</b>	26.358.243
		<b>32.486.205</b>	32.440.102
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>35.403.811</b>	35.329.344

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstração do resultado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais com restrições			
Subvenção de custeio educacional	19	<b>8.411.700</b>	7.938.284
Subvenção FUMCAD / CONDECA	13	<b>13.072</b>	18.519
Gratuidade - voluntários	26	<b>363.971</b>	323.298
		<b>8.788.743</b>	8.280.101
Sem restrições			
Auxílios e doações	16	<b>6.538.558</b>	5.592.037
Venda de bens e serviços		<b>11.663</b>	92.929
Aluguéis de imóveis	17	<b>228.283</b>	176.500
Receitas diversas		<b>2.779</b>	49.162
		<b>6.781.283</b>	5.910.628
Total receitas operacionais		<b>15.570.026</b>	14.190.729
Custos com programas			
Custos educacionais	21	<b>(5.798.250)</b>	(5.532.593)
Gratuidade - bolsas de estudos	19	<b>(8.411.700)</b>	(7.938.284)
Gratuidade - voluntários	26	<b>(363.971)</b>	(323.298)
Total custos com programas		<b>(14.573.921)</b>	(13.794.175)
Resultado bruto		<b>996.105</b>	396.554
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	22	<b>(104.596)</b>	(116.944)
Benefícios trabalhistas		-	(218)
Encargos sociais (FGTS e PIS)		<b>(3.844)</b>	(12.697)
Despesas gerais	20	<b>(163.465)</b>	(105.815)
Depreciação		<b>(74.760)</b>	(92.968)
Serviços prestados por terceiros	23	<b>(636.822)</b>	(460.740)
Total despesas operacionais, líquidas		<b>(983.487)</b>	(789.382)
Receitas financeiras		<b>154.519</b>	172.525
Despesas financeiras		<b>(121.031)</b>	(199.482)
Receitas financeiras, líquidas	24	<b>33.488</b>	(26.957)
Superávit do exercício		<b>46.106</b>	(419.785)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Fundo Endowment	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.707.611	27.096.529	55.744	-	32.859.884
Realização ajuste de avaliação patrimonial	738.289	(738.286)	-	-	3
Fundo Endowment	-	-	52.965	-	52.965
(Déficit) do exercício	(52.965)	-	-	(419.785)	(472.750)
Destinação do superávit do exercício	(419.785)	-	-	419.785	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.973.150	26.358.243	108.709	-	32.440.102
Realização ajuste de avaliação patrimonial	<b>738.287</b>	<b>(738.287)</b>	-	-	-
Fundo Endowment	-	-	<b>3.975</b>	-	<b>3.975</b>
(Déficit) do exercício	<b>(3.975)</b>	-	-	<b>46.106</b>	<b>42.131</b>
Destinação do superávit do exercício	<b>46.106</b>	-	-	<b>(46.106)</b>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<b>6.753.568</b>	<b>25.619.956</b>	<b>112.684</b>	-	<b>32.486.205</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais)

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	<b>46.106</b>	(419.785)
Depreciações e amortizações	<b>738.558</b>	666.401
Realização de bens com recursos públicos	<b>(13.072)</b>	(18.521)
Juros sobre empréstimos	<b>26.230</b>	
Receita diferida	<b>(85.300)</b>	(106.162)
	<b>712.522</b>	121.933
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	<b>56.500</b>	123.386
Adiantamentos	<b>16.785</b>	17.139
Despesas antecipadas	<b>(1.372)</b>	8.961
Impostos a recuperar	<b>(7.703)</b>	-
Depósitos judiciais	<b>(10.287)</b>	166
Fornecedores	<b>229.820</b>	178.443
Salários e encargos sociais	<b>(8.642)</b>	(65.062)
Obrigações fiscais	<b>2.850</b>	1.210
Projetos a executar	-	(7.209)
Cheque caução - aluguéis	-	(59.250)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>990.746</b>	319.717
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	<b>237.334</b>	38.284
Aquisição de imobilizado, intangíveis e propriedades para investimentos	<b>(954.855)</b>	(446.284)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<b>(717.521)</b>	(408.000)
Pagamento de financiamento	<b>(123.526)</b>	351.512
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamentos	<b>(123.526)</b>	351.512
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<b>149.429</b>	263.229
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	<b>652.560</b>	389.331
No final do exercício	<b>801.989</b>	652.560
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	<b>149.429</b>	263.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações gerais

A Obras Sociais Universitárias e Culturais - OSUC (“OSUC” ou “Entidade”) é uma entidade beneficente sem fins lucrativos, fundada em 1962 em São Paulo. Por meio de diferentes ações a Entidade procura incentivar nos jovens, a busca da excelência humana e profissional, bem como a preocupação social e a solidariedade.

A Entidade é mantenedora do CEAP (Centro Educacional e Assistencial Profissionalizante), uma unidade não governamental fundada em 1985, que atua no modelo de escola profissionalizante gratuita, sem fins lucrativos, localizada na região da Pedreira, zona Sul da cidade de São Paulo. A escola oferece cursos profissionalizantes para jovens entre 10 e 18 anos que estejam matriculados no ensino regular do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. A missão do CEAP é criar condições para a formação de cidadãos íntegros capazes de transformar o mundo através de seu trabalho. O CEAP está inserido em uma comunidade da zona sul de São Paulo, no bairro de Pedreira, distrito de Cidade Ademar, com uma população estimada em aproximadamente 268 mil habitantes. Em 2021, a unidade atendeu 734 jovens (651 alunos ativos; 83 alunos desistentes. Em (2020 - 715 jovens) tendo já atendido mais de 9 mil alunos desde sua fundação e possui um atendimento voltado a uma população exposta a situações de vulnerabilidade social.

Os recursos gerados pela Entidade para manutenção de seus objetivos sociais são basicamente provenientes das receitas de auxílio e doações de pessoas físicas e jurídicas, rendimentos de aluguéis de imóveis e de aplicações financeiras.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria da Entidade no dia 8 de julho de 2022, refletindo todos os eventos de conhecimento da administração até a presente data.

### Impactos causados pela pandemia de COVID-19

Em função dos efeitos econômicos causados pela pandemia do Covid-19, a OSUC a partir de março de 2020, foram tomadas medidas para garantir a sustentabilidade do CEAP dando continuidade aos serviços oferecidos. Resumidamente as medidas incluíram: cancelar, reduzir e postergar gastos, aumentar e garantir as captações dos recursos orçados e obter empréstimos a baixo custo.

#### 1.1. Aspectos fiscais

A Entidade é imune de impostos, de acordo com o art. 150, VI, c) da Constituição Federal.

Considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e coloque-os à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais--Continuação

#### 1.1. Aspectos fiscais--Continuação

As instituições imunes estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.
- Aplicar, integralmente, no país seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes.
- Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.
- Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A Entidade vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

A Entidade tem isenção da contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97. A Nota 2.15 c, detalha a renúncia fiscal da Entidade.

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

#### **2.1. Base de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras da Entidade, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade e Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2013, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído para os bens do ativo imobilizado na data de transição para a ITG 2002.

#### **2.2. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, e exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A estimativa e premissa que apresenta um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, relaciona-se com a determinação do valor recuperável do ativo imobilizado e a avaliação das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado.

A Entidade adota o custo atribuído para terrenos e edificações. A cada encerramento de exercício social, a Entidade revisa os saldos dos ativos imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo tendo como referência o valor justo menos os custos necessários para a alienação dos ativos analisados.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.2. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

As vidas úteis dos imobilizados foram determinadas através de laudos de avaliação realizados por especialistas. Todos os possíveis impactos das revisões das vidas úteis são reconhecidos sempre prospectivamente nas demonstrações financeiras. Não há indicativos em 2021 que requeiram a revisão das vidas úteis dos ativos imobilizados da Entidade.

#### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real (R\$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, por provisão para perda (*impairment*). Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e determinadas aplicações financeiras.

#### 2.5. Ativos financeiros

##### 2.5.1. Classificação e mensuração

A Entidade classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem os saldos de "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras" e "Contas a receber".

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.5. Ativos financeiros--Continuação

##### 2.5.2. Deterioração de ativos financeiros (impairment)

A Entidade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

#### 2.6. Aluguéis a receber

Aluguéis a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de locação de imóveis reconhecidos contabilmente por competência.

Aluguéis a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

#### 2.7. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são propriedades e edificações mantidas pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio.

A Entidade é proprietária de 1 imóvel (2020 - 2 imóveis) que são mantidos para rendimento de aluguel de longo prazo e para valorizações. O imóvel não é ocupado pela Entidade.

As propriedades para investimento são contabilizadas pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.8. Imobilizado

A Entidade adota a prática do "custo atribuído" (*deemed cost*) desde 1º de janeiro de 2012, conforme opção prevista na Resolução CFC no 1.409/12, e detalhada nos parágrafos 20 a 29 da ICPC 10 - "Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", para registro do saldo inicial do ativo imobilizado na adoção inicial do CPC 27 - "Ativo Imobilizado e da ICPC 10".

Além de edificações, que tiveram suas vidas úteis modificadas pelo mesmo laudo técnico elaborado por peritos independentes para avaliação do "custo atribuído", foi elaborado outro laudo técnico para revisão da vida útil dos demais ativos sendo alteradas a partir de outubro de 2014 retroagidos a data base de 1º de janeiro de 2012.

Demais itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, quando necessário.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	<u>Anos</u>
Edificações	De 20 a 59
Veículos	8
Móveis e utensílios	De 3 a 22
Equipamentos de informática	De 3 a 22
Máquinas e equipamentos	De 3 a 22
Software	5

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.9. Provisão para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

#### 2.10. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 2.11. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Entidade.

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes - são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes - são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

## **Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

#### **2.12. Doações, auxílios e subvenções**

A Entidade recebe doações, auxílios e subvenções (remunerações) que podem ser recebidas na forma de dinheiro, cheques, estoque de produtos, perdão de dívidas, imóveis, terrenos, equipamentos, instalações, móveis, utensílios e de serviços voluntários.

Estas remunerações são classificadas da seguinte forma:

- Doação incondicional - é quando o doador não impõe qualquer condição para que o valor seja utilizado pela Entidade.
- Doação condicional - circunstância em que o doador determina ao recebedor o cumprimento de uma obrigação ou destinação específica.
- Doações para custeio - recebidas por qualquer meio (cheque, dinheiro, depósito em conta corrente etc.). São contabilizadas na rubrica de contas a receber com contrapartida na rubrica de receita de doações.
- Doações recebidas na forma de patrimônio - são os casos de imóveis doados que passam a integrar o patrimônio da Entidade. No reconhecimento inicial, são mensuradas ao valor justo e registrados em conta do ativo imobilizado tendo como contrapartida a rubrica de receita diferida.
- Subsequentemente, à medida em que o bem é depreciado, a receita diferida também é amortizada e reconhecida na demonstração do resultado do exercício no mesmo período de forma a não resultarem em ganho ou perda na demonstração do resultado dos exercícios.

#### **2.13. Demais ativos e passivos circulantes**

Os demais ativos circulantes são apresentados aos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos circulante e não circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.14. Reconhecimento de receitas e despesas

a) Subvenção de custeio educacional

As subvenções de custeio educacional referem-se a bolsas de estudos ofertadas aos alunos pela Entidade; são mensuradas ao valor justo e reconhecidas na demonstração do resultado do exercício na rubrica de Subvenções de custeio educacional tendo como contrapartida a rubrica de Gratuidade - bolsas de estudos.

b) Gratuidade - trabalho voluntário

Em cumprimento a Interpretação ITG-2002 aprovada pela Resolução CFC o n 1.409/12, a Entidade mensura e reconhece o trabalho voluntário pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, conforme detalhes discorridos na Nota 15. As receitas correspondentes aos trabalhos voluntários foram reconhecidas na rubrica Gratuidade - trabalho voluntário. As correspondentes despesas foram reconhecidas considerando a sua função. Nesse sentido, os custos atribuídos aos trabalhos voluntários identificados nos exercícios de 2020 e de 2019 foram tratados na rubrica de custos com Gratuidade - trabalho voluntário. Em vista de que o reconhecimento dos valores mensurados a título de receita de trabalhos voluntários, tem o mesmo valor das despesas de trabalhos voluntários, e foram todas apropriadas no resultado de 2021 e 2020, o procedimento não implicou em alteração do superávit daquele exercício.

c) Renúncia fiscal

A Entidade tem isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 12 da Lei 9.532/97, e imunidade em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras.

Com relação à COFINS, a MP nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das associações sem fins lucrativos.

Com relação às contribuições a cargo da Entidade, destinadas à Seguridade Social (INSS cota empresa), o art. 29 da Lei 12.101 publicada em 27 de novembro de 2009, estabelece a isenção destas contribuições para as entidades beneficentes detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), e desde que preenchidos os requisitos previstos na legislação.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.14. Reconhecimento de receitas e despesas--Continuação

##### c) Renúncia fiscal--Continuação

Em 2019 ao julgar o Recurso Extraordinário nº 636.941/RS, o Supremo Tribunal Federal decidiu que são imunes à Contribuição para PIS/PASEP sobre a Folha de Salários as Entidades Beneficentes de Assistência Social que atendam aos requisitos previstos nos artigos 9º e 14 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 1966), bem como no art. 55 da Lei nº 8.212, de 1991 (atualmente, art. 29 da Lei nº 12.101, de 2009).

<u>Renúncia fiscal</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Educacional</b>		
Mensalidade escolar	<b>8.411.700</b>	7.938.284
Obtenção de gratuidade no serviço voluntário	<b>363.971</b>	323.298
Receitas financeiras 50%	<b>77.260</b>	86.263
Cofins 3%	<b>265.588</b>	250.435
Despesa com pessoal	<b>2.734.094</b>	2.919.774
INSS 25,5%	<b>697.194</b>	744.542
<b>Operacional</b>		
Auxílios e doações	<b>6.538.558</b>	5.592.037
Receitas diversas	<b>231.062</b>	225.662
Receitas financeiras 50%	<b>77.260</b>	86.263
Cofins 3%	<b>205.406</b>	177.119
Despesa com pessoal	<b>104.596</b>	116.944
INSS 25,5%	<b>26.672</b>	29.821
Total	<b>1.194.860</b>	1.201.917

##### d) Receitas de doações

As receitas de doações, substancialmente recebidas de doadores que efetuam o pagamento por meio de boletos bancários, são contabilizadas quando recebidas.

As demais receitas são contabilizadas observando o regime de competência dos exercícios.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.15. Demonstração dos fluxos de caixa

A administração da Entidade apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer deferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

#### 2.16. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

##### Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

##### Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

Pronunciamento revisado inclui alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

##### Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Empresa.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021--Continuação

##### CPC 33 (R1) - Alterações, reduções ou liquidação de planos

As alterações ao CPC 33 (R1) abordam a contabilização quando ocorre alteração, redução ou liquidação de um plano durante o período. As alterações especificam que quando ocorre alteração, redução ou liquidação do plano durante o período anual coberto nas demonstrações financeiras, a entidade deve determinar o custo do serviço atual para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano, usando as premissas atuariais utilizadas para reavaliar o passivo (ativo) líquido do benefício definido, refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento. A entidade deve também apurar os juros líquidos para o período remanescente após alteração, redução ou liquidação do plano, usando o passivo (ativo) líquido do benefício definido refletindo os benefícios oferecidos pelo plano e os ativos do plano após aquele evento, bem como a taxa de desconto usada para reavaliar este passivo (ativo) líquido do benefício definido. As alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Empresa, uma vez que não houve nenhuma alteração, restrições ou liquidações no plano durante o período.

##### CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto

As alterações esclarecem que a entidade deve aplicar o CPC 48 a investimentos de longo prazo em uma coligada ou joint venture para a qual o método da equivalência patrimonial não se aplique, mas que, em substância, faça parte do investimento líquido na coligada ou joint venture (investimento de longo prazo). Este esclarecimento é relevante porque sugere que o modelo de perdas de crédito esperadas do CPC 48 seja aplicável a estes investimentos de longo prazo.

As alterações esclarecem ainda que, ao aplicar o CPC 48, a entidade não deve considerar os prejuízos da coligada ou joint venture, ou as perdas por redução ao valor recuperável do investimento líquido, reconhecidos como ajustes ao investimento líquido na coligada ou joint venture que decorrem da aplicação do CPC 18 (R2).

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, uma vez que a Empresa não detém participações de longo prazo em sua coligada ou em empreendimentos controlados em conjunto.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021--Continuação

##### IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (ainda sem correspondência equivalente emitida pelo CPC no Brasil, mas que substituirá o CPC 11 - Contratos de seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005.

A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo.

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.

O núcleo da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).

Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Esta norma não se aplica a Entidade.

##### Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

#### 2.16. Pronunciamentos contábeis novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021--Continuação

##### Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante--Continuação

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma empresa exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Entidade avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

### 3. Ativos e passivos financeiros

<b>Ativos e passivos financeiros</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Empréstimos e recebíveis		
Caixa (Nota 4)	<b>52.138</b>	1.692
Bancos conta-movimento (Nota 4)	<b>147.993</b>	232.959
Aplicações financeiras (Nota 4 e Nota 5)	<b>819.273</b>	872.658
Depósitos judiciais	<b>14.187</b>	3.900
	<b>1.033.591</b>	1.111.209
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	<b>493.666</b>	263.843
Empréstimos e financiamentos	<b>254.217</b>	351.512
	<b>747.883</b>	615.355

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Caixa	52.138	1.692
Bancos conta movimento	147.993	232.959
Aplicações financeiras	601.858	417.909
	<u>801.989</u>	<u>652.560</u>

Os recursos apurados em Certificados de Depósitos Bancários são controlados individualmente por meio de contas bancárias específicas, com remuneração equivalente a aproximadamente 101% a 118% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI) em 31 dezembro de 2021 (95 à 100% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

### 5. Aplicações financeiras

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Credit Suisse - Cred Priv Sigma FICFI	69.822	66.753
Aplicações em renda variável	147.593	152.261
Outros ativos financeiros (i)	-	235.735
	<u>217.415</u>	<u>454.749</u>

(i) Em junho de 2021 foi resgatado o valor de R\$235.735 para pagamento da reforma do laboratório de Multimídia da Fundação Salvador Arena.

Referem-se substancialmente a aplicações em fundos multimercado e carteira de ações mantidos junto ao Banco Credit Suisse, Banco Bradesco, Banco Santander e Banco Itaú.

Os recursos apurados em Fundos de Investimentos em Cotas são controlados individualmente por meio de contas bancárias específicas, com remuneração equivalente a aproximadamente 100% do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI) em 31 dezembro de 2021 (99% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

### 6. Contas a receber

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Aluguéis (i)	-	56.500
	<u>-</u>	<u>56.500</u>

(i) Em 2021 a OSUC recebeu os aluguéis em dia. Devido à Covid-19 em 2020, alguns locatários atrasaram os pagamentos dos aluguéis, ocasionando um saldo a receber no final do exercício.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento	Em 31 de dezembro de 2020	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2021
Terrenos	2.154.551	-	2.154.551
Edificações	590.963	(31.499)	559.464
	2.745.514	(31.499)	2.714.015
	Em 31 de dezembro de 2019	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2020
Terrenos	2.154.551	-	2.154.551
Edificações	622.462	(31.499)	590.963
	3.039.577	(31.499)	2.745.514

As propriedades para investimento contabilizadas pelo custo atribuído que se encontram arrendadas estão relacionadas a seguir:

	2021	2020
1 - Rua Zequinha de Abreu, 404 - São Paulo (SP)	2.484.834	2.500.681
2 - Praça Dr. João Mendes, 62, conj. 601 (SP)	229.181	244.833
	2.714.015	2.745.514

As propriedades para investimento, principalmente edifícios de escritórios, são mantidas para rendimentos de aluguel de longo prazo, não são ocupadas pela Entidade e são reconhecidas pelo valor de custo.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Imobilizado e intangível

	Em 31 de dezembro de 2020	Aquisições	Depreciação	Em 31 de dezembro de 2021
Terrenos	14.933.100	20.000	-	14.953.100
Edificações	15.031.475	-	(366.681)	14.664.794
Instalações	368.033	335.410	(57.418)	646.025
Veículos	143.865	-	(37.531)	106.334
Máquinas e equipamentos	369.233	93.328	(59.660)	402.901
Móveis e utensílios	375.387	26.058	(76.396)	325.049
Equipamentos de informática	156.146	480.059	(104.267)	531.938
Obras em andamento	-	-	-	-
	<b>31.377.239</b>	<b>954.855</b>	<b>(701.953)</b>	<b>31.630.141</b>
<b>Intangível</b>				
Softwares	12.001	-	(5.108)	6.893
	<b>12.001</b>	<b>-</b>	<b>(5.108)</b>	<b>6.893</b>

Imobilizado	Em 31 de dezembro de 2019	Aquisições	Baixas	Depreciação	Transferências Depreciação	Em 31 de dezembro de 2020
Terrenos	14.933.100	-	-	-	-	14.933.100
Edificações	14.782.028	-	-	(366.682)	616.129	15.031.475
Instalações	31.572	347.656	-	(11.195)	-	368.033
Veículos	204.828	-	(22.200)	(38.763)	-	143.865
Máquinas e equipamentos	347.684	76.856	-	(55.307)	-	369.233
Móveis e utensílios	455.164	7.803	-	(87.580)	-	375.387
Equipamentos de informática	223.572	2.841	-	(70.267)	-	156.146
Obras em andamento	582.801	33.328	-	-	(616.129)	-
	<b>31.560.749</b>	<b>468.484</b>	<b>(22.200)</b>	<b>(629.794)</b>	<b>-</b>	<b>31.377.239</b>
<b>Intangível</b>						
Softwares	17.109	-	-	(5.108)	-	12.001
	<b>17.109</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.108)</b>	<b>-</b>	<b>12.001</b>

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Fornecedores

Fornecedores	2021	2020
Serviços	81.284	52.838
Cartão de crédito	12.382	11.005
Adiantamentos (i)	400.000	200.000
	<b>493.666</b>	<b>263.843</b>

(i) No decorrer de 2021 foi recebido o valor de mais R\$200.000 (duzentos mil reais) conforme mencionado na nota 4, onde, em 31/12/2020 a OSUC recebeu o valor de R\$200.00,00 (duzentos mil reais) referente ao sinal de venda de um imóvel, o recurso não foi destinado para as aplicações financeiras no dia 31/12/2020 pois era feriado nacional e a aplicação iria ocorrer apenas em janeiro de 2021. O valor total e adiantamentos soma R\$400.000 (quatrocentos mil reais) que será classificado como venda de imóveis em 2022 quando finalizado a documentação.

### 10. Salários e encargos sociais

	2021	2020
Provisão de férias	148.890	151.622
Salários a pagar	1.994	-
INSS a recolher	16.693	17.453
FGTS a recolher	14.338	21.482
Contribuição sindical a recolher	20	20
	<b>181.935</b>	<b>190.577</b>

### 11. Empréstimos e financiamentos

A Entidade no período de 2020 fez empréstimos com vencimento para 2023, o valor em 31/12/2021 é segregado em circulante e não circulante mantendo apenas as próximas 12 parcelas no passivo circulante sendo o valor total R\$221.196 (2020 valor total de R\$351.512) abaixo demonstrado:

Banco	Saldo em 31/12/2021	Moeda	Vencimento	Juros contratado	Valor pago	Juros pagos
Banco Itaú	67.023	R\$	01/06/2023	3,75%	44.682	7.104
Banco Itaú	46.052	R\$	25/05/2023	3,75%	37.417	5.300
Banco Itaú	69.470	R\$	01/10/2023	3,75%	21.143	5.762
Banco Itaú	71.672	R\$	01/11/2023	3,75%	20.284	8.064
	<b>254.217</b>				<b>123.526</b>	<b>26.230</b>

Empréstimos e financiamentos (circulante)  
Empréstimos e financiamentos (não circulante)

**151.302**  
**102.915**

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Receita diferida

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Rua Zequinha de Abreu, 404 - São Paulo/SP (Nota 8) (*)	<b>2.516.528</b>	2.516.528
(-) Amortização acumulada	<b>(671.075)</b>	(587.190)
Doações Bens Imobilizado	<b>36.375</b>	37.790
	<b><u>1.881.828</u></b>	<u>1.967.128</u>

(\*) Trata-se de imóvel que foi recebido a título de doação em dezembro de 2013 e que se encontra arrendado. O reconhecimento da receita está sendo efetuado em consonância com a depreciação do bem, registrado pelo custo atribuído avaliado ao valor de mercado por peritos profissionais e independentes, com vida útil remanescente de 30 anos.

### 13. Projetos a executar - imobilizado

A Entidade reconhece no passivo não circulante o valor líquido dos imobilizados adquiridos por compra com recursos vinculados a convênio/projetos, conforme identificado abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
FUMCAD - Conexão Futura	<b>13.000</b>	14.950
FUMCAD - Tecnologia para vida	<b>13.000</b>	14.950
CONDECA - Plugados no amanhã	<b>60.383</b>	69.555
	<b><u>86.383</u></b>	<u>99.455</u>

### 14. Processos judiciais

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 a entidade não possui processos administrativos e judiciais com expectativa de perda possível ou provável, não tendo sido, portanto, constituída nenhuma provisão ou divulgação nas demonstrações financeiras e consequentemente não mantendo necessitando fazer depósitos judiciais.

### 15. Patrimônio líquido

O patrimônio social é composto pelos superávits e déficits dos exercícios aprovados pela Assembleia Geral.

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores referentes ao custo atribuído do imobilizado e dos superávits acumulados. O superávit acumulado será destinado à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e manter a continuidade da Entidade.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Patrimônio líquido--Continuação

Na data de 21/11/2018 a diretoria reunida regulamentou a criação de um fundo patrimonial chamado Fundo Endowment com o objetivo de prover a sustentabilidade financeira da organização e a perenidade de seus projetos e atividades, mediante a criação de uma fonte de renda permanente, consistente na aplicação de recursos seguindo uma política de investimentos de baixo risco. O fundo é criado na própria estrutura da OSUC não tendo, portanto, personalidade jurídica própria. O Fundo em 31 de dezembro de 2021 está composto pelo saldo de R\$112.684 (em 31 de dezembro de 2020 o saldo é R\$108.709) em observância com a conta investimento na XP Investimentos Conta 3209521. O aporte para o Fundo Patrimonial é realizado por pessoa física e jurídica. O recurso principal do Fundo Patrimonial não poderá ser sacado, salvo em caso de risco iminente de extinção da OSUC, risco esse devidamente fundamentado pela Diretoria. Os rendimentos do Fundo Patrimonial deverão ser utilizados no custeio da OSUC e em programas, projetos e atividades relacionados à sua missão, de acordo com os objetivos descritos no Estatuto Social e com o planejamento anual

### 16. Auxílios e doações

A Entidade recebeu no período de 2021 doações no montante de R\$6.538.558 (2020 - R\$5.592.037), de diversas pessoas físicas e jurídicas, as quais foram contabilizadas em receitas de doações.

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Valores em débito automático, depósitos e boletos	<b>6.428.300</b>	5.386.850
Reconhecimento receita diferida	<b>85.300</b>	106.162
Reconhecimento receita em produtos	<b>24.958</b>	99.025
	<b><u>6.538.558</u></b>	<u>5.592.037</u>

### 17. Aluguéis de imóveis

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Cardoso de Almeida (Zequinha)	<b>91.000</b>	123.750
Gimenes & Cerqueira	-	17.500
Roberto Arruda	<b>10.125</b>	11.250
Colégio Caminhos e Colinas	<b>127.158</b>	24.000
	<b><u>228.283</u></b>	<u>176.500</u>

A OSUC possui dois imóveis localizados na Rua Zequinha de Abreu, 404 São Paulo e Praça Dr. João Mendes, 62 Conj. 801 os quais estão alocados. A entidade aloca em torno de 16 salas de aulas da sua instalação para o Colégio Caminhos e Colinas. A receita é reconhecida mensalmente de acordo com o período de competência.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Ações adquiridas

	2021	2020
Ações Bradesco	-	235.735
	-	235.735

Em 2021 a OSUC vendeu as cotas de ações preferenciais do Banco Bradesco S.A não mais mantendo esse investimento (em 2020 8.416 cotas) representadas no quadro acima.

### 19. Subvenção de custeio educacional (Concessão de gratuidades)

De acordo com a Lei nº 12.101/2009, art. 13, §7, para fazer jus à certificação de entidade beneficente, as entidades de educação que prestam serviços integralmente gratuitos deverão garantir a observância da proporção de, no mínimo, 1 (um) aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário-mínimo e meio para cada 5 (cinco) alunos matriculados. As informações apresentadas são suportadas pelo departamento financeiro da Entidade e serão objeto de análise pelo Ministério da Educação na renovação da certificação da Entidade, conforme os requisitos previstos na mencionada lei e no Decreto nº 7.237 de 2010.

A inscrição dos candidatos será feita por meio do preenchimento do formulário de solicitação de gratuidade e de sua entrega no prazo do edital, acompanhada dos documentos comprobatórios.

Para definição do tipo da bolsa de estudos será considerado as exigências da Lei nº 12.101/2009, art. 13, § 7º, onde a bolsa de estudo filantrópica será concedida a aluno cuja renda familiar per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário-mínimo e a bolsa de estudo não filantrópica será concedida a aluno cuja renda familiar per capita exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário-mínimo, sendo que o patrimônio declarado deve ser compatível com esses rendimentos.

A comprovação da renda do grupo familiar e das demais informações necessárias à análise socioeconômica será feita por meio de documentos e deverá ser entregue pelo candidato ou responsável legal em local e prazos previstos.

Entende-se por grupo familiar e por renda do grupo familiar o que disciplina a legislação para as entidades certificadas como Entidade beneficente de assistência social.

A Entidade presta serviço de educação básica integralmente gratuito, e os valores contabilizados como bolsa de estudos foram apurados de acordo com os valores de mercado da região e compatível com o nível de ensino ofertado.

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Subvenção de custeio educacional (Concessão de gratuidades)--Continuação

#### a) Demonstrativo das bolsas de estudo/gratuidades

##### i) *Exercício de 2021*

	2021			2020		
	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas
Cursos de educação básica	125	19%	1.687.400	160	27%	2.151.655
Cursos técnicos	116	18%	1.223.200	132	18%	1.400.004
Acima de um salário-mínimo e meio	241	37%	2.910.600	292	45%	3.551.659
Cursos de educação básica	197	30%	2.818.200	143	24%	1.940.565
Cursos técnicos	213	33%	2.682.900	228	31%	2.446.060
Até um salário-mínimo e meio	410	63%	5.501.100	371	55%	4.386.625
Total das gratuidades	651	100%	8.411.700	663	100%	7.938.284
	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas	Número de beneficiados	Percentual de beneficiados	Total de bolsas
Robótica Básica	76	24%	1.118.700	67	22%	900.790
Robótica Automação	72	22%	970.200	69	23%	898.700
Informática Básica	69	21%	974.600	71	23%	922.735
Informática Aplicada	47	15%	657.800	64	21%	945.725
Criatividade e Inovação	58	18%	784.300	32	11%	424.270
Cursos de educação básica	322	100%	4.505.600	303	100%	4.092.220
Técnico em administração	104	33%	1.298.000	118	33%	1.263.869
Técnico em redes de computadores	104	32%	1.227.600	116	32%	1.265.495
Técnico em informática	121	35%	1.380.500	126	35%	1.316.700
Cursos técnicos	329	100%	3.906.100	360	100%	3.846.064
Total das gratuidades	651	100%	8.411.700	663	100%	7.938.284

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Despesas gerais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Outras despesas administrativas	113.694	74.112
Combustíveis e lubrificantes	9.298	9.536
Outras despesas com veículos	6.470	4.692
Estacionamento	580	1.484
Cartório	6.589	4.999
Material de escritório	16.212	1.324
Lanches e refeições	-	1.174
Correios e malotes	5.541	2.224
Despesa com impostos, taxas e custas judiciais	3.424	3.441
Condução	1.453	2.612
Xerox	204	217
	<u>163.465</u>	<u>105.815</u>

### 21. Custos educacionais

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesas com pessoal	2.734.094	2.919.774
Benefícios trabalhistas	581.303	375.852
Encargos sociais FGTS	290.319	301.305
Serviços prestados por terceiros	651.367	596.155
Ocupação	400.835	381.563
Despesas gerais	284.205	193.175
Divulgações	91.784	79.466
Despesas filantropia	100.543	116.981
Depreciação	663.800	568.322
	<u>5.798.250</u>	<u>5.532.593</u>

### 22. Despesas com pessoal operacional

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Salários e ordenados	94.008	99.189
Adicionais e horas extras	-	267
Férias	6.173	8.333
13º salário	4.415	9.155
	<u>104.596</u>	<u>116.944</u>

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Serviços prestados por terceiros

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contabilidade	121.541	96.608
Jurídico	114.970	74.458
Auditoria	50.000	34.419
Consultoria	314.616	229.098
Entregas	35.695	26.157
	<u>636.822</u>	<u>460.740</u>

### 24. Resultado financeiro, líquido

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(45.104)	(47.079)
Juros e multas passivas	(29.109)	(1.381)
IOF	(634)	(567)
IRRF	-	(273)
Deságio financeiro	(46.184)	(150.182)
	<u>(121.031)</u>	<u>(199.482)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros ativos	-	-
Rendimentos de aplicações financeiras	64.710	29.363
Descontos financeiros	17.947	13.277
Dividendos recebidos de ações	-	490
Juros sobre capital próprio	71.862	129.325
Outras receitas financeiras	-	70
	<u>154.519</u>	<u>172.525</u>
	<u>33.488</u>	<u>(26.957)</u>

### 25. Gratuidade - voluntários

Conforme estabelece o parágrafo 19 da ITG 2002, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Nos exercícios de 2021 e de 2020, foram apurados pela administração o recebimento dos seguintes serviços prestados a Entidade:

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Gratuidade - voluntários--Continuação

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Diretor estatutário	27.388	31.002
Aulas e palestras	12.561	11.059
Outras atividades educacionais e culturais	324.022	281.237
	<u>363.971</u>	<u>323.298</u>

A Entidade reconheceu nas demonstrações do resultado do exercício de 2021 e de 2020 na rubrica de Receitas de Gratuidades - Voluntários, com contrapartida em Custos Gratuidades - Voluntários. O valor justo atribuído foi determinado com base em valores de remuneração de mercado para profissionais que atuam funções similares e no montante em que a Entidade estaria disposta a pagar a um terceiro para que ele prestasse o mesmo serviço prestado pelo voluntário.

### 26. Remuneração do pessoal-chave da administração

A Entidade não remunera e nem distribui resultados, a qualquer título, aos seus dirigentes, associados ou conselheiros.

### 27. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social

A Entidade possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), referente ao período 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014, certificado pela Portaria 146 de 27/08/2014, expedida pelo MEC - Ministério da Educação e publicada no Diário Oficial da União de 29/08/2014 (Doc. SEI nº 1330435, pag. 1, item 20, anexo I)

Em 17 de novembro de 2021 a Coordenação-Geral de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social- CGCEBAS/MEC informa que o requerimento de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, protocolado sob o nº 23000.049383/2017-21, foi DEFERIDO, referente ao período 01/01/20218 à 31/12/2020.

### 28. Cobertura de seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, para responsabilidade civil geral e patrimonial:

## Obras Sociais, Universitárias e Culturais - OSUC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Cobertura de seguros--Continuação

<b>Riscos</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Incêndio/raio/explosão	<b>10.000.000</b>	10.000.000
Roubo e/ou furto	<b>50.000</b>	50.000
Vendaval/furacão/ciclone	<b>150.000</b>	150.000
Equipamentos eletrônicos	<b>170.000</b>	170.000
Equipamentos estacionários	<b>200.000</b>	200.000
Responsabilidade civil - empregador	<b>500.000</b>	500.000
Danos elétricos	<b>200.000</b>	200.000
Equipamentos cinematográficos	<b>32.000</b>	32.000
Responsabilidade civil - operações	<b>500.000</b>	500.000
Queda de aeronaves	<b>100.000</b>	100.000
Impacto de veículo	<b>100.000</b>	100.000
Perda pagamento aluguel básica/fiança	<b>100.000</b>	100.000

### 29. Eventos subsequentes

Em abril de 2022 a entidade recebeu do Grupo Caterpillar a quantia de R\$1.408.658, referente à construção e reforma de 8 novas salas de aulas.